



Fatumata Djau Baldé

Presidente do Comité Nacional para o Abandono de Práticas Tradicionais Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança, na Guiné-Bissau

A guineense Fatumata Djau Baldé é uma defensora dos Direitos Humanos das mulheres. Atualmente preside ao Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança que, entre outros, procura erradicar no país a prática ancestral da Mutilação Genital Feminina, que afeta atualmente 50% da população. Foi antes Ministra do Turismo, da Solidariedade Social e dos Negócios Estrangeiros, entre 2000 e 2003.

Amnistia Internacional (AI): Na Guiné-Bissau a mutilação genital feminina está muito enraizada. Há alguma ideia de quando começou esta prática?

Fatumata Djau Baldé (FDB): Infelizmente não, mas sabe-se que antes ainda da existência do próprio profeta Maomé já se praticava a excisão. Nas histórias que se conta do Islão o profeta encontrou essa prática em curso e disse para a senhora que praticava essa profissão que, se continuasse a fazê-lo, levantasse a mão. Hoje entende-se que isto significa que ele queria diminuir essa prática.

AI: Isso no século VII. Agora que estamos no XXI, como se explica que ainda não se tenha conseguido acabar com esta prática?

FDB: A mudança de tradições e culturas muito enraizadas leva muito tempo, exige muita informação, muita sensibilização. Tratando-se de continentes, como o africano,

onde ainda persiste uma elevada taxa de analfabetismo, é difícil fazer chegar à população analfabeta informação que a convença que aquela prática tem consequências na saúde das pessoas.

AI: Mas têm-se notado melhorias? Há hoje menos mutilação genital feminina?

FDB: Temos notado uma diminuição da resistência ao fim desta prática e eu diria que a diminuição tem sido grande.

AI: Um estudo que data de 2007 aponta que 44,5% da população da Guiné-Bissau pratica a excisão (ver [ranking aqui](#), página 34). São esses os números hoje?

FDB: É a taxa que temos neste momento, sim. Mas foi mais elevada noutras alturas. Hoje em dia está a diminuir. Até a forma como a excisão era feita, acompanhada de grandes rituais, pelo som dos tambores... Hoje em dia estes acontecimentos já não se

registam. Mas é verdade que isso não significa que a prática acabou, pois pensamos que as pessoas que resistem mudaram simplesmente de estratégia: em vez de recorrerem aos rituais tradicionais, fazem a excisão a crianças mais pequenas, aos dois, quatro ou seis anos, ou até mesmo enquanto bebês.

AI: Julgava que na Guiné-Bissau a excisão era sempre feita na altura da menstruação, na passagem de rapariga a mulher?

FDB: Não. Foi sempre antes disso, geralmente até aos oito, nove anos, no máximo. O que há são outros rituais de passagem à fase adulta e isso é que se faz mais nessa altura da menstruação. Mas depende muito. A forma de fazer a excisão e os rituais que a acompanham variam de país para país e, num mesmo país, de etnia para etnia. Por exemplo, os fula não conhecem esse ritual da idade adulta e excisam crianças mais novas, enquanto os mandinga já têm os dois rituais: uma fase de corte, de excisão, e outra, chamado fanado grande, onde a criança está durante um mês ou dois a aprender várias coisas da fase adulta, para poder responder a todos os requisitos necessários quando for mulher.

AI: No chamado 'fanado alternativo' é isso que é defendido: fazer os rituais da fase adulta sem a excisão, sem o corte, correto?

FDB: Hoje em dia o fanado alternativo já não existe na Guiné-Bissau, porque muitas crianças que foram submetidas ao fanado alternativo depois eram excisadas na mesma. Por isso, neste momento em que temos uma lei que criminaliza a mutilação genital

feminina, não aconselhamos o fanado alternativo.

AI: Refere-se com certeza à lei que criminaliza a mutilação genital feminina, aprovada a 8 de junho no Parlamento da Guiné-Bissau (com 64 votos a favor, um contra e três abstenções). Acredita que vai trazer mudanças efetivas? As pessoas que defendem a excisão irão pensar diferente por esta ser crime?

FDB: Como disse, a mudança de comportamento não se consegue de um dia para o outro, especialmente quando falamos de práticas que são seculares. Ainda existe um pouco de resistência. O que é normal. Temos consciência que apesar de existir a lei, nem todos vão aderir. Ainda vai continuar a existir uma ou outra violação da lei, como em tantas outras legislações que existem. Mas acreditamos que a legislação vai trazer mudança e até já a está a trazer, porque no ano 2010 e 2011 já não registámos a existência de barracas [erguidas para a excisão], como existiam sempre na época das chuvas, período em que há mais afluência desta prática. São avanços que se estão a conseguir.

AI: A lei será até importante como forma de educação e prevenção, porque algumas raparigas e mulheres nem sabem que essa prática, que sempre viram acontecer, é criminosa e viola os Direitos Humanos. Não veem a excisão enquanto tal...

FDB: Por isso é que agora estamos a fazer uma grande campanha de divulgação da lei, de uma ponta à outra do país. É preciso traduzi-la para as línguas locais, criar

programas de divulgação da legislação em diferentes espaços, com o apoio da comunicação social e de outras formas, para que as pessoas que não sabem ler possam saber que há uma lei, que se for violada a pessoa é punida.

AI: Mas mesmo que a informação comece a chegar a estas pessoas, as crianças, por exemplo, não têm forma de recusar a mutilação, pois não?

FDB: Não, pela idade com que são submetidas a essa prática. Não decidem por elas mesmas.

AI: O trabalho é então feito junto das mães...

FDB: Isso. As mães é que podem recusar e os próprios pais também, porque em muitos casos são as mães que pegam nas crianças e as vão excisar, sem o conhecimento dos pais. Por isso são os pais e as mães que podem proteger essas crianças. Tradicionalmente é hábito haver uma avó ou uma tia que vem buscar uma neta ou a filha do irmão e a vai excisar. Os pais têm de ser mais vigilantes com as filhas.

AI: Há aqui uma dualidade, parece-me. No Ocidente a mutilação é vista como uma prática que discrimina as mulheres, mas ao mesmo tempo são elas que levam as filhas a serem mutiladas. São elas que a perpetuam. Não é estranho, principalmente porque sentem no dia-a-dia as consequências da excisão?

FDB: Eu não acho estranho. É a falta de conhecimento. Elas estão num círculo fechado... Mesmo quando emigram e vão para a Europa, querem voltar à sua terra para fazer

a excisão às filhas. É o círculo em que elas vivem. E às vezes até é pior quando emigram, porque ficam ainda mais fechadas entre elas. E há coisas que foram ultrapassadas nos países de origem, enquanto para elas a prática continua. É o desconhecimento. Eu costumo dar o meu exemplo. A minha mãe levou-me a ser excisada. Eu não vou excisar as minhas filhas porque tive oportunidade, mais do que a minha mãe, de ser escolarizada e de ter conhecimento das consequências dessa prática. Aquelas mulheres são como a minha mãe. A única coisa que sabem dessa prática é que uma mulher deve ser excisada para ser mulher, porque se não for, não é uma mulher completa.

AI: Mesmo assim, é incrível que haja dores que sentem diariamente e que isso lhes pareça normal. A jornalista Sofia Branco, da Lusa, contou-nos que uma rapariga excisada, da Guiné-Bissau, só quando veio para a Europa, para a Faculdade, percebeu que as dores que sentia a ter relações sexuais não eram normais. Há dores físicas e psicológicas que ficam para sempre, correto?

FDB: Nunca se esquece, é claro, mas depende de pessoa para pessoa. Até porque as formas de excisar são diferentes [ver [aqui](#), páginas 6 e 29]. O que é certo é que há dores físicas e psicológicas, que acompanham a pessoa para o resto dos seus dias.

AI: Para além de tudo o que falou, será que na Guiné-Bissau a mutilação genital feminina é um negócio lucrativo e que isso esteja a impedir o seu término?

FDB: As fanatecas [mulheres que realizam o fanado] trabalham nisto há muitos anos e

agora é preciso mudarem de trabalho. Foram montadas estratégias de se poder dar alguma quantia em dinheiro para as fanatecas poderem realizar outra atividade, para abandonarem a prática da mutilação. E então várias pessoas começaram a dizer que eram fanatecas para ganhar alguma coisa e começou a fazer-se negócio com isso. Mas a prática em si existe há muitos séculos e não era feita na base de negócio. Depois chegámos a um ponto em que começou a ser feita como tal, mas de há alguns anos para cá isso diminuiu com as campanhas para o abandono da prática e hoje algumas fanatecas tentam dissuadir outras de a praticarem.

AI: O trabalho está então a ser feito com as fanatecas e com as mulheres e homens que podem recusar a excisão para as suas filhas. E nós, cidadãos que estamos longe desta realidade, podemos fazer alguma coisa?

FDB: Penso que todos nós enquanto Seres Humanos temos sempre alguma coisa que podemos fazer para nos protegermos uns aos outros. Os jovens informados podem sentar-se com os colegas e com jovens de comunidades praticantes. Podem tentar passar a mensagem, com vista ao abandono desta prática. O mesmo com grupos de mulheres, que podem ir passando essa informação, sobre as consequências... Hoje em dia já temos líderes religiosos/imãs a mostrar a outros imãs o que diz o Al Corão [sobre a mutilação – ver entrevista de Sofia Branco]. Cada um de nós tem alguma coisa a fazer, conversando com os colegas, com os amigos, com os conhecidos. E a comunicação social pode também fazer muita coisa...

AI: E isto é importante mesmo em Portugal?

FDB: Mesmo em Portugal... Aliás, sobretudo em Portugal. Temos uma grande comunidade guineense em Portugal. E a maioria dessas pessoas são praticantes da mutilação genital feminina e não estão informadas. O emigrante é visto como aquele que, não só manda no final do mês o nosso sustento, mas vive na Europa, conhece tudo e sabe tudo. Se o emigrante disser aos familiares da Guiné-Bissau que devem abandonar essa prática, isso contribui grandemente. Estas pessoas podem ter um grande papel na mudança de comportamento em relação a esta prática. Por isso, é preciso chegar a estas comunidades emigrantes e pensar que estas são pessoas que se levantam de madrugada e voltam à noite. Não lêem jornais, não têm tempo para ver televisão. Por isso é preciso chegar a elas, trabalhando com as escolas, Juntas de Freguesia, instituições de emigrantes, etc. Temos esperança. Aqui [na Guiné-Bissau] já estamos a registar grandes avanços e queremos também que se comecem a registar avanços a partir daí, de Portugal.